



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador **FLÁVIO ARNS**



**CONGRESSO NACIONAL**

Senado Federal
Recebido em 17/11/2009, às 17:45
16/07 / estagiário

**MPV - 446**

**00113**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>16/11/2008</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 446 de 2008</b>
autor <b>Senador Flávio Arns / PT-PR</b>	nº do prontuário
1. Supressiva    2. Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. Aditiva    5. Substitutivo global	
Página	Artigo <b>19</b>
	Parágrafo
	Inciso
	alínea

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se ao art. 19 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008, a seguinte redação:

*"Art. 19. A certificação será concedida à entidade de assistência social que presta serviços e ações continuados e planejados, ainda que de forma intermitente, sem qualquer discriminação, observada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.*

... "

**JUSTIFICAÇÃO**

A gratuidade, bem como a impossibilidade de contrapartida devem ser suprimidas do texto sob análise.

No ano de 1999, por meio da Lei 9732/98, houve uma alteração do artigo 55 da Lei 8212/91 afirmando que os serviços de assistência social deveriam ser prestados de forma integralmente gratuita.

Referidos dispositivos previstos em inciso e parágrafo foram indagados mediante Ação Declaratória de Inconstitucionalidade de nº 2028, com liminar em vigor que suspende a obrigação da gratuidade no desenvolvimento das atividades de assistência social.

Em 14/07/99 foi concedida Medida Liminar que suspendeu até a decisão final os dispositivos que estabeleciam a exigência de gratuidade. Em novembro de 1999, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, referendou a concessão da liminar, estando os autos conclusos para decisão final.

Ao mesmo tempo, a gratuidade e a ausência de contrapartida violam a premissa do Certificado Beneficente de Assistência Social. Beneficência, diferentemente de filantropia, significa a faculdade de cobrar pelos serviços prestados sem perder a característica de entidade sem fins lucrativos (dever de aplicar o resultado financeiro nas finalidades estatutárias). A filantropia sim, exige que as entidades não cobrem pelas atividades inerentes às suas finalidades. Já há alguns anos o Certificado de Fins Filantrópicos foi substituído pelo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social superando o debate sobre o tema.

Corroborando com a questão, o Estatuto do Idoso, aprovado no ano de 2003, estabelece claramente a faculdade da cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

Pelos motivos anteriormente dispostos, manter as expressões acima suprimidas significa uma violação à decisão judicial, bem como um retrocesso na questão já amplamente debatida e superada, inclusive por meio de legislação como ocorre com o Estatuto do Idoso.

CONFERE COM O ORIGINAL  
Claudia Lima Nascimento  
Secretária-Geral de Apoio

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FLÁVIO ARNS**

Por fim, apenas se ressalta que a presente emenda também acrescenta a expressão "ainda que de forma intermitente" com o objetivo de ajustar a lei à realidade vivenciada pelas entidades, que, em sua grande maioria, possuem mais do que uma finalidade estatutária, alternando por vezes os projetos executados.

PARLAMENTAR

*M. M. M.*

CONFERE COM O ORIGINAL  
*Claudia Lyne Nascimento*  
Secretária Geral da Mesa

